

A REPRESENTAÇÃO DA CULTURA NOS PROGRAMAS, MANIFESTOS E COMPROMISSOS ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 2024 EM PORTUGAL: Estudo Comparativo com as eleições Legislativas de 2022

Manuel Gama¹
Jenny Campos²

Resumo: O Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura (PoObs) da Universidade do Minho apresentou, em 2022, os resultados de um estudo sobre a presença multidimensional da cultura, que integrou a análise de programas e manifestos eleitorais dos candidatos às eleições legislativas que ocorreram em Portugal no dia 30 de janeiro de 2022. Não obstante os resultados dessas eleições terem originado uma maioria absoluta parlamentar de um único partido, o XXIII Governo Constitucional não cumpriu a legislatura, apresentando a demissão em novembro de 2023. Com a marcação de novas eleições legislativas para o dia 10 de março de 2024, o PoObs decidiu replicar o estudo desenvolvido, que é o objeto do presente artigo. O objectivo é não só perceber quais os domínios culturais incluídos ou não nas propostas eleitorais de 2024, mas também permitir uma comparação entre os resultados de 2022 e 2024. Os resultados revelam, mais uma vez, a evidente falta de prioridade dada à cultura nas políticas públicas, assim como a instabilidade das propostas apresentadas, visto que muitas delas não mantêm continuidade com o que foi mencionado em 2022 e 2024.

Palavras-chave: Cultura, Políticas Culturais, Eleições Legislativas, Portugal 2022 e 2024.

Introdução

A precariedade das políticas públicas de cultura em Portugal é uma questão que tem sido objeto de preocupação crescente, uma vez que se têm revelado insuficientes ou inconsistentes (GAMA, 2012). A cultura é uma parte vital da identidade nacional e deveria desempenhar um papel fundamental na coesão social, na educação, na economia e no turismo (CAMPOS, 2023). No entanto, a sua importância muitas vezes não é devidamente reconhecida no panorama político nacional

É importante destacar que as políticas culturais em Portugal enfrentam obstáculos consideráveis, como a escassez de financiamento adequado, a instabilidade institucional e a falta de coordenação entre os diversos organismos responsáveis pela cultura. Por isso, é crucial que a cultura seja uma prioridade no panorama político nacional. A nosso ver, investir em cultura não se limita a preservar o passado, mas também é essencial para construir um futuro mais próspero e inclusivo. A cultura pode desempenhar um papel vital no desenvolvimento

¹ CECS- Universidade do Minho. manuelgama@ics.uminho.pt

² Bolseira PoObs- Universidade do Minho. jennyjcampos@gmail.com

económico, na coesão social e na promoção do diálogo intercultural (CAMPOS, 2023). Para abordar a precariedade das políticas públicas de cultura em Portugal, é necessário um compromisso firme por parte dos decisores políticos. Além disso, é fundamental garantir uma abordagem integrada e coordenada entre os diferentes níveis de governo e entidades responsáveis pela cultura (GAMA, 2013), a fim de maximizar o impacto das políticas culturais e garantir que a cultura seja verdadeiramente valorizada na agenda política nacional.

Metodologia

No presente estudo, optou-se, para permitir uma análise comparativa, por utilizar uma metodologia em tudo semelhante à análise efetuada às eleições de 2022 (GAMA, DOMINGUEZ, CRUZ, & ALMADA, 2022).

A análise dos programas, manifestos e compromissos eleitorais dos partidos e coligações candidatos às eleições legislativas de 2024 em Portugal foi realizada com base nas informações disponibilizadas nos sites oficiais de cada uma das 18 forças políticas que concorreram às eleições no círculo eleitoral de Lisboa, em Portugal. Uma vez que nem todas os partidos e coligações disponibilizaram em tempo útil qualquer tipo de documento, a análise concentrou-se nos documentos produzidos pelos seguintes candidatos: Aliança Democrática³ (AD); Alternativa Democrática Nacional (ADN); Bloco de Esquerda (BE); Chega (CH); Coligação Democrática Unitária⁴ (CDU); Iniciativa Liberal (IL); Livre (Livre); Partido Socialista (PS); Pessoas, Animais e Natureza (PAN); Nova Direita (ND); Volt Portugal (VOLT); Reagir. Incluir. Reciclar (RIR). De salientar ainda que os documentos foram disponibilizados em momentos distintos da pré-campanha e da campanha eleitoral. A recolha de dados realizou-se entre 31 de janeiro e 8 de março – intervalo temporal compreendido entre a pré-campanha e o fim do período oficial de campanha eleitoral.

Os objetos de estudo foram analisados à luz dos dez domínios da Cultura inscritos na Conta Satélite da Cultura (CSC) (Instituto Nacional de Estatística, 2016), a saber: 1) Património Cultural; 2) Arquivos; 3) Bibliotecas; 4) Livros e Publicações; 5) Artes Visuais; 6) Artes do Espetáculo; 7) Audiovisual e Multimédia; 8) Arquitetura; 9) Publicidade; 10) Interdisciplinar. Tendo sido acrescentadas as quatro categorias adicionais que também foram utilizadas no estudo

³ Coligação integrando o Partido Social Democrático (PSD), o Centro Democrático e Social (CDS) e o Partido Popular Monárquico (PPM).

⁴ Coligação integrando o Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Ecologista Os Verdes (PEV).

de 2022 – 11) Cultura (de carácter inerente, essencial e específico para a investigação); 12) Redes Culturais; 13) Digitalização; 14) Tauromaquia. Dado o peso que foi sendo possível identificar ao longo do processo de análise de 2024, neste segundo estudo incluíram-se mais dois eixos de análise: 15) Estatuto dos Profissionais da Cultura; 16) Igualdade de Género.

Análise de Programas, Manifestos e Compromissos Eleitorais do ano 2024

Da análise em função das 16 categorias definidas, realça-se que no corpus das eleições autárquicas de 2024 não foi possível encontrar referências em nenhum dos documentos nas seguintes: 8) Arquitetura, 9) Publicidade; 11) Cultura (de carácter inerente, essencial e específico para a investigação) e 12) Redes Culturais. Estes são os domínios dos silêncios e vazios o que por si só já revelam opções políticas, uma vez que não definir uma política pública para cada uma destas áreas é já, por si só, uma opção política seja ela consciente ou inconsciente. Segue-se a convocação dos dados referentes às 11 categorias que foi nos documentos analisados.

a) Património Cultural

No que concerne ao PCP, este partido foca a sua atenção em dois pontos chave: a realização de um programa de emergência do Património Cultural e a valorização dos museus, monumentos e sítios arqueológicos, dinamizando em simultâneo a Rede Portuguesa de Museus e alargando o regime de gratuidade de acesso. Relativamente à acesso o CH pretende “tornar gratuita a entrada em museus e monumentos aos fins-de-semana e feriados e conceder aos cidadãos com idade igual ou superior a 65 anos, a gratuidade total de acesso a museus, palácios e monumentos nacionais” (p.137). Uma perspetiva distinta tem o PAN que opta por querer assegurar até ao final da legislatura, “a gratuidade do acesso a museus e monumentos nacionais, bem como centros de ciência, para todos/as os/as jovens até aos 25 anos” (p.182). A AD pretende estimular o acesso e idas regulares a monumentos e outros elementos patrimoniais, por parte das crianças, mas não refere a sua gratuidade.

As propostas do CH revelam a preocupação com a valorização e preservação do património, bem como com a reabilitação de monumentos, edifícios históricos e sítios arqueológicos, que necessitem de obras de conservação, restauro ou modernização” (p.137). Numa procura de parceria com o setor do turismo, o CH pretende “conceder apoios financeiros

e logísticos para projetos artísticos que valorizem e interpretem o património cultural português, tanto material quanto imaterial” (p.138) de forma a que estes possam ser utilizados como formas de conhecer e melhor interpretar as atrações turísticas. Também ADN refere, nas suas propostas, a necessidade da utilização dos património histórico para fins de atração turística nacional e internacional.

Com o objetivo de facilitar as intervenções no património, o RIR propõe a criação de “critérios de avaliação e deferimento de propostas de intervenção” (p.17), bem como a “responsabilização civil, jurídica e penas dos autores dos projetos de intervenção pelas opções tomadas” (p.17).

O PAN expressa o desejo de reforçar os recursos financeiros e humanos para a recuperação do património, sem fornecer detalhes sobre a execução. A AD propõe reforçar as medidas de salvaguarda do património e elaborar um plano de inventariação dos edifícios de maior valor cultural. A ND propõe a implementação de sanções para quem vandalizar o património e sugere retirar a gestão do património monumental nacional da Direção Geral do Património Cultural e confiá-la a uma empresa independente, embora essa proposta não reflita a realidade atual pois essa medida já foi implementada pelo XXIII Governo Constitucional. O BE propõe medidas específicas, como a recuperação de laboratórios de conservação e restauro, a criação de programas para valorizar arquivos e inventários do património cultural, a regulamentação das alterações de tutela e a identificação e promoção do património cultural imaterial. O CH propõe investir na educação, formação e internacionalização do património cultural português, além de conceder apoio logístico para a classificação e preservação do património cultural português no mundo. Por fim, a AD pretende assumir a língua portuguesa como um património identitário e global e promover sua promoção nacional e internacionalmente.

b) Arquivos

Relativamente ao domínio arquivos apenas a BE, o PEV e o PS se pronunciaram sobre o tema. As diretrizes referidas no programa eleitoral do BE referem a necessidade de salvar, valorizar e dar autonomia e meios adequados aos arquivos já existentes e salientam a urgência da concretização do Arquivo do Som. O PS opta por propor um aprofundamento e agilização na gestão dos arquivos sem que fique claro como pretende implementar esta medida. Já o PEV

opta por “qualificar a rede de arquivos quer através de meios físicos, como digitais” (p.7) com o objetivos de facilitar o acesso à informação.

c) Bibliotecas

Também no domínio das bibliotecas são poucas as referências. O BE salienta a necessidade de reforçar a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, a Rede Nacional de Bibliotecas Escolares e as Bibliotecas de Investigação. Já o PS, pretende reforçar o financiamento das bibliotecas públicas e capacitar as suas equipas. Refere ainda que, em colaboração com o poder local, pretendem criar planos de leitura. Por fim, o Livre é o partido que apresenta mais propostas neste domínio. Referem a urgência em alargar os “os horários das bibliotecas públicas para criar novos espaços de estudo noturno” (p.65), aumentando consequentemente as suas equipas. As suas propostas pretendem também fomentar a abertura de novos equipamentos escolares, reforçando as suas verbas. A abertura de bibliotecas prisionais é também referida, com o objetivo de permitir condições dignas de estudo e leitura. Referem ainda, a necessidade de “restruturar a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) num organismo com os meios financeiros necessários para que possa executar, com maior alcance, políticas de investimento na área do livro, (...) ao mesmo tempo que estimulem a literacia e criem condições para valorizar criadores e potenciar a sua relação com o público” (p.67). Ainda neste domínio, o Livre destaca a vontade de “generalizar as bibliotecas móveis a todo o país, de forma a suprir as necessidades de leitura em territórios de baixa densidade” (p.67), bem como “garantir zonas de ludoteca nas bibliotecas, de forma a valorizar e promover o jogo de tabuleiro” (p.67). Por último, referem a “criação de um catálogo coletivo, agregador e definitivo de todas as bibliotecas sob a alçada do Estado, bibliotecas privadas especializadas e universitárias de acesso público” (p.67).

d) Livros e Publicações

Há referências a este domínio nos documentos emanados por sete partidos (PCP, IL, BE, Livre, AD, PS e PAN). A IL, o Livre e o BE convergem numa área: a Lei do Preço Fixo do Livro. A IL opta por querer revogar esta lei, enquanto o BE e o Livre propõem uma revisão com vista a promover o apoio às livrarias e editoras independentes. Estes apoios referidos pelo BE são também destacados pelo PCP aos quais acrescenta o reforçar do Programa de Bolsas de Criação Literária e o apoio às bibliotecas/arquivos públicos.

Com preocupações face à inclusão surgem as propostas do Livre e do PS, que se focam no incentivo ao sector editorial de forma a que sejam produzidos mais livros, em formatos acessíveis, para diferentes tipos de deficiência. O PS vai mais longe e propõe o estabelecimento de uma “quota fixa de livros em braille, livro digital e áudio-livro, compensando financeiramente as editoras” (p.73) que o cumpram.

O Livre propõe incentivar a leitura através de programas que disponibilizem livros infanto-juvenis para crianças em contextos desfavorecidos, bem como, revisar o Plano Nacional de Leitura e implementar o programa "Cheque-Livro" para jovens de 18 anos. O PS pretende reestruturar políticas para promover hábitos de leitura desde a infância, envolvendo o Ministério da Cultura e da Educação. O Livre sugere também deduzir o IVA, da compra de livros, no IRS. A AD foca a sua atenção no aumento do contato das crianças com escritores nacionais para promover a leitura.

Do ponto de vista das estruturas, o PS pretende reforçar a missão da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas no que concerne ao fomento do livro e da leitura. Porém, o Livre sugere antes a reestruturação da “Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) num organismo com os meios financeiros necessários para que possa executar, com maior alcance, políticas de investimento na área do livro, arquivos e bibliotecas públicas que impulsionem este setor em específico e o tornem sustentável” (p.67).

O Livre propõe medidas empresariais visando a sobrevivência das livrarias independentes e alfarrabistas, integrando-as em uma rede com acesso a incentivos fiscais, especialmente no apoio à renda, através de protocolos entre municípios e o Ministério da Cultura. Além disso, propõe reforçar a regulação da edição e do livro para garantir a diversidade do setor, impedindo a formação de monopólios e grupos editoriais com excessivo poder de mercado. Isso seria feito através do fortalecimento da atuação da Autoridade para a Concorrência e de legislação específica. Também sugere rever o enquadramento legal sobre descontos na venda de livros para diminuir a concorrência desleal entre grandes superfícies, redes de livrarias e livrarias independentes. Por fim, a proposta do PAN visa apoiar editoras para incentivar a reutilização de livros e promover a transição digital, como e-books ou audiobooks.

e) Artes Visuais

Neste domínio, o PS propõe o reforço de verbas para o apoio às artes, e vai mais longe propondo-se criar “um mecanismo corretivo para que os apoios tenham expressão em todo o território nacional, introduzindo uma diferenciação positiva para zonas do país com escassa ou nula oferta cultural” (p.72). Também o PCP, refere como medida a livre criação artística, bem como, o aumento dos apoios às artes através de estruturas como o ICA e a DGArtes. Também o ADN refere querer planificar e organizar de forma sustentada a “intensificação das artes (...) tendo a preocupação de cobrir o território nacional” (s.p.).

O VOLT destaca a importância de instituições públicas nacionais e locais promoverem as artes plásticas de forma gratuita, visando a inclusão e acesso de pessoas com deficiência aos espaços artísticos. O Livre também defende a gratuidade de acesso para acompanhantes de pessoas com deficiência em eventos culturais. Por sua vez, o CH propõe o desenvolvimento da Rede Portuguesa de Arte Contemporânea para promover a circulação e visibilidade de obras de arte contemporânea, incluindo exposições itinerantes e intercâmbios internacionais. A proposta da AD é mais generalista, visando implementar uma estratégia nacional para a criação artística em várias áreas, incluindo artes visuais e performativas, música e indústrias criativas.

f) Artes do Espetáculo

No domínio das artes do espetáculo, várias propostas são destacadas pelos diferentes partidos políticos. O PCP enfatiza o apoio às artes por meio da DGArtes e do ICA, além de valorizar o cinema português através do reforço dos recursos do Instituto do Cinema e do Audiovisual e do apoio à distribuição cinematográfica nacional. O PS pretende criar mecanismos eficazes para distribuir internamente o cinema português e criar um mecanismo corretivo para garantir apoios em todo o território nacional. O Livre propõe reforçar os recursos do ICA para responder à demanda e criar uma quota anual de cinema português nas salas de cinema do país. O BE destaca o apoio ao cinema e audiovisual, incluindo a criação de uma entidade pública de distribuição. O PAN propõe aumentar o financiamento da DGArtes para garantir o financiamento de projetos culturais elegíveis, enquanto o PEV propõe que espetáculos que envolvam sofrimento animal não sejam elegíveis para financiamento, sem especificar quais espetáculos. O VOLT propõe a atribuição de cheques culturais aos jovens para eventos culturais locais, enquanto o CH foca no fortalecimento da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, investindo em desenvolvimento e expansão, bem como na

diversificação da programação e na inclusão de artistas locais. O PS também pretende consolidar e alargar a rede de teatros e cineteatros, aumentando os apoios financeiros para sua programação. O Livre propõe tornar o cinema e os teatros acessíveis a pessoas com deficiência ou necessidades específicas, incluindo a gratuidade do ingresso para acompanhantes. O PS menciona ainda fortalecer os apoios à dança e equacionar a criação de Centros Coreográficos Nacionais fora dos principais centros urbanos. O PAN propõe um programa de formação em práticas verdes e desenvolvimento sustentável na cultura e nas artes, enquanto o PEV propõe que espetáculos que impliquem sofrimento animal não sejam financiados, sem especificar quais espetáculos.

g) Audiovisual e Multimédia

No domínio do audiovisual e da multimédia, o BE destaca a importância da RTP como parceira da cultura, propondo a clarificação de suas obrigações quanto à produção e difusão culturais, além da articulação de seu arquivo com a Cinemateca para criar um Arquivo de Som e Imagem da Produção Artística. O Livre propõe o reforço da programação de conteúdos culturalmente relevantes na RTP. Já o PS pretende aprofundar o compromisso da RTP com a difusão cultural, ponderando destinar uma percentagem da CAV para o cinema e audiovisual, e reavaliar o Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e Televisão. Por outro lado, a ND propõe a criação de um fundo de produção de conteúdos audiovisuais para promover a História de Portugal e incentivar criações audiovisuais entre países da CPLP.

O CH propõe a criação de um Fundo de Apoio à Comunicação Social para subsidiar órgãos de comunicação local e regional, visando garantir a continuidade e qualidade do jornalismo local. Já o PS propõe apoios à distribuição de publicações periódicas nas zonas do interior do país. O PAN sugere a atribuição de um voucher de informação para acesso gratuito à subscrição de um jornal aos jovens de 18 anos, enquanto o PS propõe um cheque-jornal para aplicação em assinaturas de órgãos de informação nacional ou local.

Já o Livre, refere querer apostar no audiovisual através do fomento de exibição e difusão de obras nacionais de produção independente, em horários acessíveis, e da ampliação do espectro de distintas fontes de financiamento. Também o Livre propõe “taxar os lucros das plataformas de streaming e de Video On Demand, implementando de forma ambiciosa a transposição da diretiva europeia do audiovisual, de forma a diversificar as fontes de financiamento para a produção cultural e audiovisual em Portugal” (p.69).

Por seu turno, o PCP destaca, nas suas propostas, o respeito pelos direitos digitais contra a censura. Acrescentam a relevância da não criminalização da partilha de conteúdos para fins não comerciais, bem como a defesa dos direitos de autor em ambiente ou suporte digital.

h) Interdisciplinar

Os programas eleitorais lançados não revelam muitas propostas que busquem a interdisciplinaridade. As exceções são: o PS que pretende articular o “Ministério da Cultura e o Ministério da Educação em torno de um novo impulso aos hábitos de leitura, desde tenra idade, reestruturando as políticas nesta área para que incidam cada vez mais nas comunidades e nos currículos escolares” (p.73). Também o BE, afirma a necessidade de articular a Cultura e a Educação promovendo a “presença das artes na vida pública e na Escola, na defesa do ensino e práticas artísticas, na promoção da literacia da leitura e outras, incluindo a literacia para a imagem e novos media” (p.197). Já o Livre pretende articular a Cultura e a Educação, “implementando o ensino artístico nas escolas como acontece com o desporto e a formação para a cidadania” (p.65), bem como, através de um estreitar das relações entre a escola e os espaços culturais públicos (este último ponto também abordado pelo BE). Proposta semelhante tem o RIR quando propõe que “promoção da educação para a cultural e o seu usufruto no ensino regular, através da conciliação de programas de estudo abrangentes nos quais as expressões artísticas e culturais tenham um papel preponderante desde o ensino pré-escolar até ao universitário” (p. 17). Já o ADN realça a intenção de criar “ajudas ao funcionamento das escolas de música e das artes plásticas (...) para promover a educação artística no meio escolar e universitário” (s.p.)

O CH pretende, numa perspectiva mais instrumental da cultura, “aflorar sinergias entre o turismo e o património cultural por forma a que ambos se promovam um ao outro” (p. 136), bem como, estabelecer “parcerias em todos os sectores da sociedade com o objectivo de promover actividades que revivifiquem os museus e monumentos” (p.137).

Ainda numa perspectiva interdisciplinar, o BE destaca necessidade de reativar o Observatório das Atividades Culturais, bem como o Conselho Nacional de Cultural, ambos como entidades que visem pensar estrategicamente as políticas públicas para a cultura.

i) Digitalização

O domínio da digitalização tem propostas bastante distintas quando comparamos os três partidos que apresentam propostas nesta área (AD, CH e Livre). Assim, a AD propõe simplesmente “proceder à digitalização do património cultural” sem que se perceba a que património se estão a referir. Já o CH pretende “garantir a digitalização e preservação de conteúdos culturais” (p.137) para que possam ser mais tarde disponibilizados através de “visitas virtuais a museus, galerias, teatros, bibliotecas e eventos culturais” (p.137). O Livre, propõe o incentivo à digitalização “da cultura” (p.67) tornando efetivo “o apoio para que tanto a RTP como as estruturas de criação, produção e programação promovam mais a digitalização das artes performativas, disponibilizando ao público obras nacionais, de acesso livre gratuito e para todo o mundo” (p.67). Acresce a garantia da “execução dos programas de transição digital da cultura, mediante o acompanhamento e escrutínio dos projetos financiados pelo PRR para a transição digital da cultura” (p.67), como é o caso de um catálogo coletivo para as bibliotecas estatais, um catálogo para as coleções e depósitos arqueológicos, “um motor de pesquisa documental coletivo que integre os diferentes projetos de digitalização de arquivos” (p.67), a garantia da capacidade de publicação de livros e revistas científicas de acesso livre nas universidades públicas e a digitalização de todas “as publicações de organismos públicos, esgotadas e fora de circulação e disponibilizá-las gratuitamente” (p.67).

j) Tauromaquia

A tauromaquia foi uma área abordada apenas pelo PAN. As suas propostas políticas pretendem “abolir os espetáculos tauromáquicos e, enquanto tal não for assegurado, eliminar todos os apoios públicos, diretos ou indiretos, a tais espetáculos ou a atividades tauromáquicas” (p.58-59). Acresce ainda, a retirada da lista do Património Cultural Imaterial, de todas as “atividades e espetáculos associados à tauromaquia, ou quaisquer outras associadas ao sofrimento e morte de animais” (p.59). Concluem este domínio, com uma proposta que visa “garantir um fundo para a reconversão de todas as praças de touros em espaços de lazer e/ou cultura, que não envolvam atividades lesivas do bem-estar animal” (p. 59).

k) Estatuto do Profissional da Cultura

Este é um domínio abordado por vários partidos (PS, Livre, BE, PEV, PAN e VOLT) com uma perspectiva de avaliação e/ou revisão. O BE propõe alterações no Estatuto, com

medidas concretas para promover contratos de trabalho e combater a precariedade. O Livre também destaca o combate à precariedade, juntamente com a desburocratização e a implementação de um registo estatístico de profissionais do setor. O VOLT busca alinhar o Estatuto dos Profissionais da Cultura com a nova legislação europeia. O PS destaca a necessidade de valorizar os profissionais do setor e revisar o Estatuto para garantir proteção social efetiva. O PAN também propõe correções no Estatuto, com foco nas obrigações contributivas e na fórmula de cálculo do prazo de garantia. O PEV propõe uma revisão do Estatuto para combater a precariedade dos trabalhadores.

Considerações Finais

Para uma melhor compreensão dos pontos de convergência e divergência entre os programas eleitorais das eleições legislativas dos anos de 2022 e 2024, em termos metodológicos, foi realizada uma análise comparativa que passamos a apresentar. Esta comparação incidiu não só os domínios abordados nos dois anos, mas também naqueles que foram referidos apenas em 2024. Pensamos que esta síntese comparativa permite uma melhor compreensão das abordagens políticas relativas à cultura, bem como um maior conhecimento da evolução das propostas ao longo destes dois anos.

Assim, ao comparar as propostas dos programas, manifestos e compromissos eleitorais dos anos 2022 e 2024 em Portugal, no domínio do património, torna-se evidente uma série de diferenças e semelhanças. Em 2022, havia uma concordância geral entre BE, Livre, CDS, PS, PSD e IL sobre a importância da preservação, identificação e classificação do património, embora as propostas de implementação variassem entre os partidos. A IL destacou-se ao propor a fusão das direções regionais e da Direção Geral do Património Cultural num Instituto Nacional do Património Cultural, com autonomia administrativa e financeira

Já em 2024, todos os partidos apresentaram propostas neste domínio, mas as diferenças entre as propostas aumentaram consideravelmente. Por exemplo, o PCP focou-se na implementação de um programa de emergência para o património cultural e na valorização dos museus e monumentos, enquanto o CH e o PAN propuseram a gratuidade de acesso a museus e monumentos em determinadas condições, com destaque para os jovens e idosos. O CH também enfatizou a reabilitação de monumentos para estimular o turismo cultural. Outros

partidos, como a AD e o BE, propuseram medidas como a inventariação e reabilitação do património, a regulamentação da tutela e a promoção do património cultural imaterial.

Reativamente à tauromaquia, em 2022, as medidas relacionadas à tauromaquia estavam dispersas em diferentes capítulos dos documentos eleitorais dos partidos. O PAN e o Livre propuseram abolir a tauromaquia, enquanto o BE sugeriu eliminar os apoios públicos para espetáculos tauromáquicos. Por outro lado, o CDS defendeu a redução do IVA das touradas e o CH optou por uma gestão sustentável das atividades tauromáquicas. Em 2024, o PAN foi o único partido a abordar a questão da tauromaquia, mantendo a proposta de abolição dos espetáculos tauromáquicos e a eliminação de apoios públicos a eles. Além disso, propôs retirar essas atividades da lista do Património Cultural Imaterial e criar um fundo para reconverter praças de touros em espaços de lazer ou cultura não prejudiciais aos animais.

Outro domínio a merecer destaque nas duas eleições analisadas foi a digitalização. Em 2022, os partidos políticos portugueses abordaram a digitalização cultural nos seus programas eleitorais de diversas formas. O PS destacou a digitalização de obras artísticas e do património cultural, enquanto o PSD mencionou a digitalização de obras museológicas, fundos arquivistas e visitas virtuais a museus e bibliotecas. A IL enfatizou a necessidade de uma digitalização abrangente do património cultural, e o Livre optou por destacar a importância geral da digitalização na cultura. O BE abordou questões como televisão digital, direitos autorais em streaming e promoção da produção nacional na web.

Já em 2024 apenas três partidos apresentaram propostas no domínio da digitalização cultural. A AD propôs a digitalização do património cultural, sem especificar o património em questão. O CH propôs garantir a digitalização e preservação de conteúdos culturais para disponibilização através de visitas virtuais a várias instituições culturais. O Livre propôs incentivar a digitalização da cultura, apoiando a RTP e outras estruturas na promoção da digitalização das artes performativas e garantindo a execução dos programas de transição digital da cultura, incluindo a criação de catálogos, motores de pesquisa documental, publicações de acesso livre e digitalização de publicações de organismos públicos

No que concerne aos livros e publicações, em 2022 vários partidos apresentaram propostas para o setor do livro e publicações em Portugal. O BE propôs revisar a Lei do Preço Fixo do Livro, enquanto o PS enfatizava a promoção do livro e da leitura. O PAN propunha apoiar editoras e livrarias para incentivar a reutilização do livro e a transição digital. A IL destacava-se com propostas para promover a eficiência do mercado livreiro, incluindo a

revogação da Lei do Preço Fixo do Livro, e o Livre dedicava várias medidas para evitar monopólios no setor editorial e melhorar a regulamentação.

Dois anos depois, em 2024, foram sete os partidos políticos a apresentaram propostas para o setor do livro. A IL, o Livre e o BE convergiram na questão da Lei do Preço Fixo do Livro: a IL propôs sua revogação, enquanto o BE e o Livre propuseram uma revisão para apoiar livrarias e editoras independentes. O PCP apoiou o reforço do Programa de Bolsas de Criação Literária e apoio às bibliotecas públicas. O PS propôs estabelecer quotas de livros em formatos acessíveis, enquanto o Livre sugeriu programas de incentivo à leitura e um "Cheque-Livro" para jovens de 18 anos. Internacionalmente, o PS visou apoiar a tradução e promoção da produção literária nacional, enquanto o Livre propôs programas de intercâmbio literário com países de língua oficial portuguesa. Ambos os partidos também propuseram medidas para reestruturar e fortalecer a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, apoiar livrarias independentes e promover a transição digital no setor editorial. O PAN também reiterou seu apoio às editoras para incentivar a reutilização de livros e a transição digital.

Da análise comparativa destaca-se ainda que ficou nítido que sete categorias – arquivos, bibliotecas, artes visuais, artes do espetáculo, audiovisual e multimédia, interdisciplinar e estatuto do profissional da cultura – apenas foram referenciadas nas eleições de 2024.

Para concluir a nossa análise fizemos uma comparação entre o Programa Eleitoral do PS às Legislativas (Partido Socialista, 2022) com o Programa do XXIII Governo Constitucional 2022-2026 (2022), bem como entre o Programa Eleitoral da AD às Legislativas de 2024 (Aliança Democrática, 2024b) com o Programa do XXIV Governo Constitucional (2024): o nosso objetivo foi perceber se as propostas anunciadas durante a campanha eleitoral se refletiam, de alguma forma, nas propostas dos programas dos Governos. Foi possível constatar que, em todos os domínios, se observou uma cópia do primeiro documento para o segundo. Por outras palavras, os Governos procuraram que o seu programa de Governo refletisse plenamente as propostas do programa eleitoral. Tendo em consideração que a legislatura do XXIII Governo Constitucional foi interrompida, lamentavelmente não será possível perceber a coerência entre o enunciado no programa eleitoral e o incrito no programa de Governo, era suficientemente consistente para “Reforçar a aposta na Cultura” (p.114) que o PS prometia.

A terminar, pensa-se que o presente artigo permite, mais uma vez, sublinhar a falta de prioridade dada à cultura nas políticas públicas em Portugal, assim como a instabilidade das propostas apresentadas. Urge por isso que os decisores políticos assumam um compromisso

sólido, visando potencializar os impactos positivos das políticas públicas da cultura e assegurar que a cultura seja genuinamente reconhecida e prioritária na agenda política nacional.

Referências bibliográficas

Aliança Democrática. (2024a). *Programa Económico da Aliança Democrática*. [\[Link\]](#)

Aliança Democrática. (2024b). *Mudança Segura*. [\[Link\]](#)

Alternativa Democrática Nacional. (2024). *Programa Eleitoral legislativas 2024*. [\[Link\]](#)

CAMPOS, Jenny. Políticas Públicas para a Cultura em Trás-os-Montes “1995-2011”: os casos de Bragança e Chaves. Tese de Doutoramento apresentada na Universidade de Aveiro. 2023.

Chega. (2024). *Limpar Portugal*. [\[Link\]](#)

Conferência do Porto Santo. Carta do Porto Santo: A cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural europeia. 2021. [\[Link\]](#)

GAMA, Manuel.; DOMINGUEZ, Cláudia.; CRUZ, Rui. V. & ALMADA, Joana. A Cultura nas eleições legislativas 2022 em Portugal. In *Anais do XVIII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – ENECULT*, Salvador, Brasil. 2022. [\[Link\]](#)

GAMA, Manuel. E se começarmos por cumprir a Constituição da República Portuguesa? In M. Gama & P. R. Costa (Eds.), *Políticas culturais municipais: Análise de documentos estruturantes em torno da cultura* (pp. 15–35). Braga: CECS. 2021. [\[Link\]](#)

GAMA, Manuel. Políticas culturais: Um olhar transversal pela janela-ecrã de Serralves. Tese de Doutoramento apresentada na Universidade do Minho. 2013. [\[Link\]](#)

Iniciativa Liberal. (2024). *Portugal a Crescer*. [\[Link\]](#)

Livre. (2024). *Contrato com o futuro*. [\[Link\]](#)

LOPES, João. Escola, território e políticas culturais. Porto: Campo das letras. (2003).

Nova Democracia. (2024). *Prioridades para Portugal. É agora!*. [\[Link\]](#)

Pessoas Animais e Natureza. (2024). *Agenda 24-28. Compromisso com as pessoas, os animais, a natureza*. [\[Link\]](#)

Partido Comunista Português. (2024). *Política patriótica e de esquerda – soluções para um Portugal com futuro*. [\[Link\]](#)

Partido Ecologista Os Verdes. (2024). *Manifesto Ecologista Legislativas*. [\[Link\]](#)

Partido Socialista. (2024). *Plano de ação para Portugal inteiro 2024*. [\[Link\]](#)

Partido Socialista (2022). *Programa Eleitoral do PS às Legislativas*. [\[Link\]](#)

Programa do XXIII Governo Constitucional 2022-2026. 2022. [\[Link\]](#)

Programa do XXIV Governo Constitucional. 2024. [\[Link\]](#)

Reagir. Incluir. Reciclar. (2024), *Programa às eleições legislativas 2024*. [\[Link\]](#)

SANTOS, Maria. Uma panorâmica com três vertentes e duas dimensões. In M.L. L. Santos & J. M. Pais (Eds.), *Novos trilhos culturais: Práticas e políticas* (pp.29–35). Imprensa de Ciências Sociais. 2010.

Secretaria Geral Ibero-Americana. *Estratégia Ibero-Americana para a Cultura e o Desenvolvimento Sustentável*. 2022. [\[Link\]](#)

UNESCO. *Declaração Final da Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável MONDIACULT 2022*. 2022. [\[Link\]](#)

Volt Portugal. (2024). *Paixão pelo bom senso*. [\[Link\]](#)